

---

# UM ESTUDO SOBRE A EVIDENCIAÇÃO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE NAS EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA

---

## A STUDY ON THE DISCLOSURE OF PRESENT VALUE ADJUSTMENT IN COMPANIES LISTED IN THE BM&FBOVESPA

---

### **Andréia Félix Andrade**

Bacharel em Ciências Contábeis – Faculdade Inovação – (FAI)

Endereço: Sinimbu, 1670, Bairro Centro, Caxias do Sul-RS – CEP 95020-001.

Telefone: (54) 3028-7007

E-mail: [deiafa@ibest.com.br](mailto:deiafa@ibest.com.br).

### **Fernando Batista Fontana**

Mestre em Ciências Contábeis – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Endereço: Av. Unisinos, 950, Bairro Cristo Rei, São Leopoldo-RS – CEP 93022-000.

Telefone: (54) 8411-3944.

E-mail: [Fernando\\_fontana@live.com](mailto:Fernando_fontana@live.com)

### **Clea Beatriz Macagnan**

Doutora em Creación, Estrategia e Gestión de Empresas (Universidad Autonoma de Barcelona).

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Unisinos;

Endereço: Av. Unisinos, 950, Bairro Cristo Rei, São Leopoldo-RS – CEP 93022-000.

Telefone: (51) 3591-1100 Ramal 1566.

E-mail: [clea@unisinos.br](mailto:clea@unisinos.br)

Recebido: 07/02/2013 2ª versão: 16/03/2013

Aprovado: 22/02/2013 Publicado: 30/04/2013

---

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa consiste em identificar o grau de observância às orientações sobre evidenciação contábil praticada pelas empresas listadas na BM&FBovespa de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. A relevância do tema deve-se ao cenário brasileiro ser visto pela comunidade financeira internacional como uma das economias emergentes de maior potencial de crescimento nas próximas décadas (BARROS, 2008). O método deste trabalho é dedutivo e classifica-se como descritivo, de natureza aplicada, realizado por meio de análise documental e de abordagem quantitativa. A população compreende as 50 companhias abertas participantes do índice IBrX-50 da BM&FBovespa, de acordo com a Carteira Teórica do índice para o quadrimestre de setembro a dezembro de 2011. Nos Balanços Patrimoniais e nas Notas Explicativas, foi realizada uma análise de conteúdo para identificar se as empresas estão atendendo aos critérios de divulgação expressos no Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. As empresas foram classificadas por setor: (i) construção; (ii) comércio; serviços e transporte; (iii) indústria básica; e (iv) indústria manufatureira. Os resultados indicam que, no geral, as empresas ficaram com um índice de 70,9% de aderência às normas, o setor que apresentou maior nível de aderência foi o da construção, com 80,8% de aderência; e o setor que menos atendeu às normas foi o da indústria manufatureira, com 65,4%.

**Palavras-chave:** Assimetria Informacional; Evidenciação; Comitê de Pronunciamentos Contábeis; Ajuste a Valor Presente.

## **ABSTRACT**

---

*The aim of this research has been to identify the degree of compliance with the standards on accounting disclosure practiced by companies listed on the BM&FBovespa in accordance with CPC 12 - Present Value Adjustment. The research is relevant because the Brazilian scenario is seen by the international financial community as one of the emerging economies of the greatest growth potential in the coming decades (Barros, 2008). The method of this study is deductive and descriptive of an applied nature, carried out through document analysis and quantitative approach. The population comprises the 50 companies participating in the IBrX-50 BM&FBovespa, according to the theoretical portfolio of the index for the four months from September to December 2011. In Accounting reports, was conducted a content analysis to identify whether companies are meeting the criteria for disclosure expressed in CPC - 12 - Present Value Adjustment. Companies were ranked by sector: (i) construction; (ii) trade and transport services; (iii) basic industry; and (iv) manufacturing. The results indicate that, in general, companies were left with an index of 70,9% adherence to standards, the sector with the highest level of adherence was the construction industry, with 80.8% of adhesion and the sector that less fulfilled the standards was the manufacturing sector, with 65.4%.*

**Keywords:** Informational asymmetry; Disclose; Comitê de Pronunciamentos Contábeis; Present Value Adjustment.

## **1. INTRODUÇÃO**

A informação é a base do relacionamento das empresas com o ambiente competitivo. A ação empresarial é precedida da informação e da comunicação com o mercado. As demonstrações contábeis são um instrumento da divulgação de informações ao mercado, logo, procedimentos que ampliem a capacidade informacional dessas demonstrações contribuirão para o aperfeiçoamento das relações das empresas com o mercado (PRUX JR, 1998). Dessa forma, caberia ao sistema de governança corporativa reduzir a assimetria informacional existente entre aqueles que participam, direta ou indiretamente, da gestão e os que têm algum interesse econômico-financeiro na companhia. Visando a diminuir a problemática da assimetria de informação nas relações de agente (dirigentes) e principal (investidores), este trabalho refere-se à análise das alterações trazidas na contabilidade pela conversão da MP 449/08 na Lei 11.941/09, a qual consolida uma série de mudanças nas práticas contábeis, e seu cumprimento pelas empresas.

Na vigência da nova legislação contábil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão responsável pelo estudo, preparou a emissão de Pronunciamentos Técnicos de Contabilidade no Brasil, publicou vários pronunciamentos no sentido de possibilitar normas reguladoras e orientar seu cumprimento. Embora elas não tenham caráter normativo ao serem aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) elas devem, obrigatoriamente, ser observadas pelas companhias de capital aberto (SILVA, 2010).

Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo:

O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas

pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

A instalação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis é fruto de análises cuidadosas e profundas, desenvolvidas por algumas das melhores inteligências das áreas acadêmica, governamental e da iniciativa privada, o CPC representa a perspectiva de importantes avanços no caminho da atualização e da modernização de normas e preceitos contábeis (CPC, 2009). Antes da convergência, a contabilidade no Brasil era voltada para atender à legislação fiscal, hoje, passa a convergir com normas e procedimentos adotados internacionalmente.

Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho consiste em identificar o grau de observância às orientações sobre evidênciação contábil praticado pelas empresas listadas na BM&FBovespa de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Com efeito, este estudo analisa as publicações das Demonstrações Financeiras ao final do período das sociedades anônimas de capital aberto pertencentes ao Índice Brasil 50 - IBrX-50, publicados no site da BM&FBovespa, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2011, devido a este ser composto pelos 50 papéis mais líquidos da BM&FBovespa, verificando se os balanços publicados e as notas explicativas atendem ao definido no pronunciamento técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente.

Em vista disso, este tema de pesquisa é relevante em virtude de o cenário brasileiro ser visto pela comunidade financeira internacional como uma das economias emergentes de maior potencial de crescimento nas próximas décadas (BARROS, 2008). Com isso, o Brasil torna-se um ambiente propício para o estudo de práticas contábeis.

Desse modo, este artigo inicia com esta introdução, seguida do referencial teórico sobre Assimetria Informacional, Teoria da Agência, Evidênciação Contábil e Ajuste a Valor Presente. Logo após, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no estudo. A seguir, é desenvolvida a análise dos resultados. Para encerrar, apresenta as considerações finais sobre o assunto e as referências utilizadas para o seu desenvolvimento.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Assimetria Informacional**

Assimetria informacional é a descrição de um fenômeno, segundo o qual, alguns agentes econômicos contam com mais informações do que outros. Um bom exemplo é o caso de um tomador de empréstimo, o qual conhece sua própria capacidade de pagamento muito melhor do que aqueles que lhe emprestam os recursos (BELO; BRASIL, 2006).

Akerlof (1970) ilustra esse fenômeno da assimetria informacional, citando como exemplo o mercado de carros usados, num estudo sobre *lemon markets*, como são conhecidos os carros velhos e ruins nos Estados Unidos da América. Quem vende um automóvel tem pleno conhecimento das condições de seu veículo, mas quem compra desconhece essas condições. Em função dessa assimetria de informações, o vendedor poderia ter um comportamento oportunista e vender um carro ruim pelo preço de um bom, pois somente ele conhece o real estado do veículo. Como consequência, quem tem um carro bom pode não querer vender, já que acredita receber alguém do valor real do seu veículo. Assim, sobriariam no mercado produtos de baixa qualidade, o que elevaria a desconfiança dos compradores.

Da assimetria informacional podem decorrer dois tipos de problemas: (i) seleção adversa – ocorre antes do fechamento de um contrato; (ii) risco moral – ocorre após o fechamento de um contrato (BELO;

BRASIL, 2006). Por sua vez, a seleção adversa ocorre antes do fechamento de um contrato, quando uma das partes dispõe de informações privilegiadas. Essa situação permite que os gestores, com mais conhecimento da realidade da empresa, tenham comportamentos oportunistas na oferta de títulos a acionistas externos, os quais não detêm informações completas sobre a realidade da empresa.

O problema do risco moral ocorre quando, após o fechamento de um contrato, um dos agentes conta com maior nível de informações. Em outras palavras, o agente com maior nível de informações sobre o contrato teria a tendência de comportar-se inadequadamente, podendo causar perdas ao agente com menor nível de informação.

Nas empresas, a assimetria informacional, inerente à relação contratual entre acionistas e gestores, pode gerar consequências desfavoráveis para estas, como, por exemplo: prejuízos na resposta do mercado às variações de qualidade e preços (STIGLITZ, 2000); valorização ineficiente das ações; elevado custo de capital; benefícios excessivos para quem tem acesso privilegiado à informação (LEV, 2001, 2005). Em razão dessas consequências desfavoráveis, existe um esforço, tanto por parte dos acionistas, proprietários das empresas, quanto dos gestores, administradores especializados, para compreender e reduzir esses efeitos, logo, a seguir é apresentado a Teoria da Agência e a Governança Corporativa.

## 2.2 Teoria da Agência e Governança Corporativa

A relação de agência foi definida por Jensen e Meckling (1976), que introduziram a ideia de que a relação entre as partes é regida por contratos explícitos ou implícitos. Segundo esses autores, a relação de agência é “Como um contrato sob o qual uma ou mais pessoas (o principal) contrata outra pessoa (o agente) para desempenhar algum serviço como seu representante envolvendo delegar algumas decisões dando autoridade ao agente” (JENSEN; MECKLING, 1976, p. 5, tradução nossa<sup>1</sup>).

Para Hendriksen e Van Breda (2010), um dos modos pelos quais é possível extrair mais resultados da economia da informação é estendendo o modelo de um indivíduo para dois indivíduos. Um é o agente do outro, chamado de principal. O agente compromete-se a realizar certas tarefas para o principal e o principal compromete-se a remunerar o agente, criando uma relação de agência. Essa relação é o objeto de estudo da Teoria da Agência.

Em decorrência da separação da propriedade e do controle da empresa ocorrem profundas mudanças na forma de gerenciá-la, visto que os administradores, os agentes, tendem a considerar nas tomadas de decisões não apenas o interesse do proprietário, o principal, mas também seus próprios interesses (BIANCHI; NASCIMENTO, 2005).

Andrade e Rosseti (2009) esclarecem que:

Estabelece-se assim entre os dois agentes, os outorgantes e os outorgados, uma **relação de agência**<sup>2</sup>, fundamentada na contratação de decisões que maximizem o valor do empreendimento, a riqueza dos acionistas e o retorno de seus investimentos. Ocorre, porém, que os gestores profissionais também têm seus próprios interesses, e procurarão maximizá-los. Em torno desta relação de agência, gravitarão assim decisões que poderão estar em oposição: as que maximizam o retorno total dos acionistas e as que maximizam o interesse dos gestores. Em consequência, para que os interesses das duas partes não se choquem, duas premissas deverão ser atendidas: uma referente aos termos dos contratos entre esses agentes; outra referente ao comportamento deles.

Logo, em função dos conflitos de interesses, da relação de agência decorrem alguns custos. Jensen e Meckling (1976) definem estes custos como a soma de: (i) custos de controle das ações do agente,

estabelecido pelo principal; (ii) custos do agente para demonstrar seu desempenho ao principal; (iii) perdas residuais, que são custos oriundos da diferença entre os resultados obtidos e os resultados que seriam obtidos se o agente tivesse atuado totalmente de acordo com os interesses do principal.

Esses conflitos de agência – tanto os derivados do oportunismo de gestores em face da dispersão e da ausência dos acionistas, quanto os associáveis a estruturas de propriedade acionária que ensejam a expropriação dos direitos dos minoritários por comportamentos oportunistas de majoritários – são as razões fundamentais do despertar da governança corporativa (ANDRADE; ROSSETTI, 2009).

A prática da governança corporativa insere-se no contexto da busca de fortalecimento do mercado acionário, à medida que procura minimizar os potenciais conflitos de interesse existentes entre os acionistas majoritários e minoritários, entre os proprietários e os administradores, como também entre os demais agentes da empresa, tendo como objetivo principal a maximização do valor da organização e, consequentemente, um maior retorno para os acionistas ou proprietários (BIANCHI; NASCIMENTO, 2005).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) define governança como um sistema que assegura aos sócio-proprietários o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva. A relação entre propriedade e gestão acontece a partir do conselho de administração, a auditoria independente e o conselho fiscal, instrumentos fundamentais para o exercício do controle. A boa Governança Corporativa assegura aos sócios equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados e obediência às leis do país.

Andrade e Rossetti (2009) sintetizam os quatro valores da governança corporativa:

- i. *Fairness*: Senso de justiça, equidade no tratamento dos acionistas. Respeito aos direitos dos minoritários, por participação equânime com a dos majoritários, tanto no aumento da riqueza corporativa, quanto nos resultados das operações, quando ainda na presença ativa em assembleias gerais.
- ii. *Disclosure*: Transparência das informações, especialmente das de alta relevância, que impactam os negócios e que envolvem resultados, oportunidades e riscos.
- iii. *Accountability*: Prestação responsável de contas, fundamentada nas melhores práticas contábeis e de auditoria.

*Compliance*: Conformidade no cumprimento de normas reguladoras, expressas nos estatutos sociais, nos regimentos internos e nas instituições legais do país.

Os mecanismos de governança corporativa preconizados por instituições que defendem a transparência administrativa, como o IBGC, podem não garantir, entretanto, que ela exista nos níveis necessários. Isso porque os referidos mecanismos não implicam o envolvimento operacional daqueles que os personificam, de forma que, para atingir os propósitos a que se propõem, dependem de outros aspectos internos nas organizações, que pavimentem a base que lhes permitam ser eficazes na sua missão de promover a igualdade informacional e a redução do conflito de interesses entre as partes interessadas pela performance organizacional. Portanto, cabe às empresas criar estrutura e instrumentos que viabilizem atender ao estabelecido pelo IBGC (BIANCHI; NASCIMENTO, 2005).

Pode-se concluir que, teoricamente, o problema da agência pode ser reduzido, diminuindo a assimetria de informação e alinhando os objetivos do agente e do principal. Sendo assim, a seguir é apresentada a evidênciação contábil.

## 2.3 Evidenciação Contábil

Divulgação, evidenciação e *disclosure* são nomes diferentes utilizados para tratar de um mesmo tema. Intercambiável ao tema evidenciação contábil, a palavra *disclosure* tem sido utilizada, e em geral refere-se à divulgação (RIBEIRO FILHO; LOPES; PEDERNEIRAS, 2009). A evidenciação é um dos objetivos básicos da contabilidade que garantem aos usuários as informações necessárias para a análise da situação econômico-financeira da empresa.

Segundo Iudícibus (2000), a evidenciação geralmente é confundida com notas explicativas, mas seu significado é bem mais abrangente e consiste em: (i) demonstrações financeiras; (ii) informações entre parênteses; (iii) notas explicativas; (iv) quadros e demonstrativos; (v) parecer da auditoria e (vi) relatório da administração.

Iudícibus (2000), também, afirma que *disclosure* deriva da palavra *disclose*, que significa divulgar, evidenciar, disseminar, expor, revelar, ou seja, tornar evidente, público. *Disclosure*, então, pode ser caracterizado no âmbito corporativo como a divulgação de informações sobre a empresa. Sob a ótica contábil, *disclosure* representa a última fase do ciclo contábil, após os processos de reconhecimento e mensuração dos eventos econômicos.

Para Dantas *et al.* (2004), existe uma similaridade entre a abrangência da evidenciação e a definição de transparência. Evidenciar vai além de divulgar, é divulgar com qualidade, oportunidade e clareza. Ainda afirmam que:

Neste sentido, para alcançar a transparência pretendida com o *disclosure*, a instituição deve divulgar informações qualitativas e quantitativas que possibilitem aos usuários formar uma compreensão das atividades desenvolvidas e dos seus riscos, observando os aspectos de tempestividade, detalhamento e relevância necessários. (DANTAS *et al.*, 2004).

De acordo com Hendriksen e Van Breda (2010), para ser possível atingir um nível de divulgação apropriada da informação, três perguntas devem ser respondidas:

- i. A quem deve ser divulgada a informação?
- ii. Qual é a finalidade da informação?
- iii. Quanta informação deve ser divulgada?

Godoy e Costa (2007) tratam ainda uma quarta questão: quando as informações devem ser divulgadas? Segundo os autores, as informações devem ser divulgadas a tempo de serem utilizadas.

Sobre a finalidade e a quantidade de informação a ser divulgada, Hendriksen e Van Breda (2010) enfatizam que, verificar qual é a finalidade da informação e a quantidade a ser evidenciada, são questões que dependem da definição do usuário.

Para decidir o que pode ser divulgado, na tentativa de ser o mais transparente possível, a empresa tem que verificar a relevância do assunto para não deixar as demonstrações carregadas de informações sem importância. Deve-se buscar um equilíbrio, de modo que não confunda o usuário com informações irrelevantes, sem utilidade para o seu processo de análise e tomada de decisão (RIBEIRO FILHO; LOPES; PEDERNEIRAS, 2009).

Segundo Hendriksen e Van Breda (2010), toda informação para o usuário precisa ser, ao mesmo tempo, adequada, justa e completa, pelo menos no que se refere ao detalhe que está sendo evidenciado. Afinal, o sentido da evidenciação é que a informação que não for relevante deve ser omitida a fim de tornar os demonstrativos contábeis significativos e possíveis de serem entendidos plenamente.

Com base no exposto, pode-se dizer que a evidênciação contábil é feita para diversos tipos de usuários, entretanto, um dos principais usuários é o investidor. O investidor tem interesse em analisar a situação econômico-financeira da empresa, com a finalidade de tomar melhores decisões de investimentos.

### 2.3.1 Evidênciação Voluntária versus Evidênciação Obrigatória

A evidênciação pode ser classificada basicamente como obrigatória ou voluntária (ALMEIDA; FREITAG, 2009). A primeira decorre de exigências legais e/ou padrões contábeis; a segunda, da decisão da gestão de evidenciar. No caso da evidênciação voluntária, esta pode ocorrer de diversas maneiras, tais como comunicados à imprensa; conversas com analistas financeiros; cartas aos acionistas; relatórios anuais (WATSON; SHRIVES; MARSTON, 2002).

A partir de 2005, a união de várias entidades (ABRASCA, APIMEC Nacional, BOVESPA, CFC, IBRACON e FIPECAFI) originou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em virtude da necessidade de convergência internacional das normas contábeis, centralização das normas e representação na produção dos geradores de informações (ORO *et al.* 2010).

O CPC 26 (2009, p. 7) apresenta um conjunto de demonstrações contábeis que devem ser apresentadas pelas empresas. Como são demonstrações que decorrem de normas contábeis, sua evidênciação é considerada obrigatória para as empresas.

De acordo com o CPC 26, as demonstrações contábeis obrigatórias são:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b) demonstração do resultado do período;
- (c) demonstração do resultado abrangente do período;
- (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- (e) demonstração dos fluxos de caixa do período;
- (f) demonstração do valor adicionado do período [...];
- (g) notas explicativas [...]; e
- (h) balanço patrimonial no início do período mais antigo comparativamente [...].

Já a evidênciação voluntária ocorre quando são evidenciadas informações adicionais, informações úteis aos usuários externos para a tomada de decisão, mas que não apresentam uma obrigatoriedade na sua divulgação. Exemplos de evidênciação voluntária são as informações entre parênteses, notas de rodapé, quadros e demonstrativos suplementares; são formas de evidenciar informações contábeis, formas de complementar as informações contábeis, em que constam mais informações a respeito da empresa (IUDÍCIBUS, 2000).

As companhias podem prover informações adicionais a partir da evidênciação voluntária quando considerarem úteis as informações aos usuários externos; contudo, a decisão de evidenciar voluntariamente é decorrente da motivação da gestão.

Integrantes do rol de demonstrações contábeis obrigatórias, a seguir, são apresentados o Balanço Patrimonial e as Notas Explicativas.

### 2.3.2 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração que evidencia, resumidamente, a situação patrimonial e financeira da entidade, quantitativa e qualitativamente (RIBEIRO, 2004).

De acordo com Reis (2006), o Balanço Patrimonial procura evidenciar, em determinada data, a natureza dos valores que compõem o patrimônio da empresa – bens e direitos – e a origem desses valores – obrigações e Patrimônio Líquido. Evidencia, assim, as posições patrimoniais e financeiras da empresa.

O Quadro 1, a seguir, apresenta os itens mínimos que o balanço patrimonial deve apresentar.

**Quadro 1: Itens que compõem o Balanço Patrimonial**

Caixa e equivalentes de caixa;
Clientes e outros recebíveis;
Estoques;
Ativos financeiros;
Total de ativos classificados como disponíveis para venda;
Ativos biológicos;
Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial;
Propriedades para investimento;
Imobilizado;
Intangível;
Contas a pagar comerciais e outras;
Provisões;
Obrigações financeiras;
Obrigações e ativos relativos à tributação corrente, conforme definido na NBC TG 32 – Tributos sobre o Lucro;
Impostos diferidos ativos e passivos, como definido na NBC TG 32;
Obrigações associadas a ativos à disposição para venda de acordo com a NBC TG 31;
Participação de não controladores apresentada de forma destacada do patrimônio líquido; e
Capital integralizado e reservas e outras contas atribuíveis aos proprietários da entidade.

Fonte: NBC TG 26

A norma ainda diz que a entidade deve apresentar contas adicionais, cabeçalhos e subtotais nos balanços patrimoniais sempre que sejam relevantes para o entendimento da posição financeira e patrimonial da entidade.

*2.3.3 Notas Explicativas*

As demonstrações contábeis deverão ser complementadas por notas explicativas e outros quadros ou demonstrações analíticas, necessários para melhor esclarecimento da situação patrimonial e do resultado do exercício (REIS, 2006).

Segundo a NBC TG 26 (2009), as notas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas.

Ainda de acordo com a NBC TG 26 (2009), as notas explicativas são normalmente apresentadas pela ordem a seguir:

- i. Declaração de conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade;
- ii. Resumo das políticas contábeis significativas aplicadas;
- iii. Informação de suporte de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas; e
- iv. Outras divulgações incluindo:
  - a. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos; e
  - b. Divulgações não financeiras, por exemplo, os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade.

A seção a seguir apresenta uma novidade trazida pela convergência das normas internacionais de contabilidade: o Ajuste a Valor Presente.

## 2.4 Ajuste a Valor Presente

Espera-se que, tanto no Balanço Patrimonial quanto nas Notas Explicativas, possa-se obter a informação precisa da quantificação dos bens, direitos e obrigações, bem como uma explicação coerente da metodologia empregada na apuração desses valores. Quando a avaliação ocorre pelo valor histórico dos itens patrimoniais, essa tarefa não demanda grandes esforços, e muito menos explicação do caminho percorrido.

Entretanto, quando os itens patrimoniais são relevantes, e dado o princípio basilar financeiro que considera o valor do dinheiro no tempo, é justo que esses itens sejam avaliados considerando os seus valores futuros, no momento de sua realização. Todavia, a dificuldade em avaliar esses itens reside justamente na metodologia de apuração desses valores futuros, uma vez que cada organização terá o seu próprio julgamento da metodologia mais adequada para si.

A utilização de informações com base no valor presente concorre para o incremento do valor preditivo da Contabilidade; permite a correção de julgamentos acerca de eventos passados já registrados; e, traz melhoria na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 12, 2009).

O objetivo do Ajuste a Valor Presente é tornar possível a análise de decisões gerenciais considerando o valor do dinheiro no tempo e suas incertezas, e por isso, a contabilidade deve especificar de forma clara o que compõe o valor do bem e o que representa os valores de prêmios recebidos em virtude dessas incertezas (SILVA, 2010).

As transações, que são realizadas por valores pré-fixados para liquidação futura, são responsáveis para que a administração tenha a necessidade de trabalhar com o conceito de valor presente. O valor do dinheiro no tempo tem sido peça fundamental para que a organização tome certas precauções, em termos de prazos e juros, para se proteger dos efeitos inflacionários existentes em uma economia (MORIBE; PANOSSO; MARRONI, 2007).

A seguir, demonstra-se um modelo de registro contábil do Ajuste a Valor Presente de um direito. Este modelo foi extraído da obra de Braga e Almeida (2008) e baseia-se na alocação dos ajustes em conta específica no resultado (sem distribuição).

A sociedade efetuou uma venda a prazo em 10.04.20x1, no valor de R\$ 10.000,00 com vencimento da duplicata para 20.05.20x1. O valor presente dessa duplicata em 10.04.20x1 é R\$7.195,00 e em 30.04.20x1 é R\$ 8.482,00.

**Tabela 1: Lançamentos contábeis do modelo**

<b>10.04.20x1 – Registro da venda a prazo, com emissão da nota fiscal e da duplicata.</b>	
D – Duplicatas a receber	10.000,00
C – Receita Bruta de vendas	10.000,00
<b>10.04.20x1 – Registro de ajuste a valor presente (R\$ 10.000,00 – R\$ 7.195,00 = R\$ 2.805,00):</b>	
D – Despesas com AVP (resultado)	2.805,00
C – (-) Provisão Ajuste a Valor Presente	2.805,00
<b>30.04.20x1 – Ajuste da provisão no encerramento do mês de abril de 20x1 (R\$ 8.482,00 – R\$ 7.195,00 = R\$ 1.287,00)</b>	
D – (-) Provisão Ajuste a Valor Presente	1.287,00
C – Receita Financiamento de Venda	1.287,00

Fonte: Braga e Almeida (2008)

A operação é apresentada no balanço patrimonial da seguinte forma na Tabela 2:

**Tabela 2: Reflexos do Ajuste a Valor Presente no Balanço Patrimonial do Modelo**

<b>Ativo Circulante</b>	<b>10.04.20x1</b>	<b>30.04.20x1</b>
Duplicatas a receber	10.000,00	10.000,00
(-) Provisão para ajuste a valor presente	2.805,00	1.158,00
Valor líquido de duplicatas a receber	7.195,00	8.482,00

Fonte: Braga e Almeida (2008)

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 12, devem ser prestadas informações mínimas sobre a mensuração do Ajuste a Valor Presente, que são as seguintes:

- i. Descrição pormenorizada do item objeto da mensuração a valor presente, natureza de seus fluxos de caixa (contratuais ou não) e se, aplicável, o seu valor de entrada cotado no mercado;
- ii. Premissas utilizadas pela administração, taxas de juros decompostas por prêmios incorporados e por fatores de risco, montantes dos fluxos de caixa estimados ou séries de montantes dos fluxos de caixa estimados, horizonte temporal estimado ou esperado, expectativas em termos de montante e temporalidade dos fluxos;
- iii. Modelos utilizados para cálculo de riscos e *inputs* dos modelos;
- iv. Breve descrição do método de alocação dos descontos e do procedimento adotado para acomodar mudanças de premissas da administração;
- v. Propósito da mensuração a valor presente, se para reconhecimento inicial ou nova medição e motivação da administração para levar a efeito tal procedimento; e,
- vi. Outras informações consideradas relevantes.

Assim, o pronunciamento do CPC estabelece a evidenciação obrigatória referente ao ajuste ao valor presente das empresas. Restando apenas apresentar quais são os itens que devem ser ajustados a valor presente. A Lei 11.638/07 incluiu aos Critérios de Reavaliação do Ativo do art. 183 da Lei 6.404/73 o seguinte texto: “VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.”

Da mesma forma, referente aos Critérios de Reavaliação do Passivo, a Lei 11. 638/07 incluiu ao art.184 o texto: “III – as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.”

O ponto-chave para a aplicação do conceito de valor presente, nos moldes de Pronunciamento, não é a enumeração minuciosa de quais ativos ou passivos são abarcados pela norma, mas o estabelecimento de diretrizes e de metas a serem alcançadas (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 12, 2009).

No caminho para que as diretrizes e metas possam ser alcançadas, devem-se observar algumas considerações importantes.

### 2.4.1 Risco e Incerteza

A busca exclusiva pela redução do risco pode implicar a redução das oportunidades, pois as maiores oportunidades, geralmente, carregam maiores riscos (DAMODARAN, 2009)

Ao se utilizarem, para fins contábeis, informações com base no fluxo de caixa e no valor presente, incertezas inerentes são obrigatoriamente levadas em consideração para efeito de mensuração. Do mesmo modo, o “preço” que participantes do mercado estão dispostos a “cobrar” para assumir riscos advindos de incertezas associadas a fluxo de caixa deve ser igualmente avaliado (PRONUNCIAMENTO CPC 12, 2009).

Ainda segundo o Pronunciamento Técnico CPC 12 (2009), em muitas situações não é possível chegar-se a uma estimativa confiável para o prêmio pelo risco ou, em sendo possível, o montante estimado pode ser relativamente pequeno se comparado a erros potenciais nos fluxos de caixa estimados. Não obstante, em geral, participantes do mercado são qualificados como tendo aversão a risco ou aversão a perdas e procuram compensações para assumir novos riscos.

Também de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12 (2009), a tarefa de calcular riscos não é das mais simples. Por outro lado, a teoria das finanças oferece alguns modelos que, apesar de suas limitações, podem ser utilizados para tal fim. Portanto, a evidenciação do valor dos ativos ou passivos ajustados a valor presente poderia permitir uma melhor avaliação da empresa pelos acionistas externos e a evidenciação dos critérios adotados para operacionalizar tal ajuste poderia reduzir as incertezas sobre os riscos do negócio.

### 2.4.2 Relevância e Confiabilidade

O Pronunciamento Técnico CPC 12 (2009) aponta que a adoção pela Contabilidade de informações com base no valor presente de fluxo de caixa, inevitavelmente, provoca discussões em torno de suas características qualitativas: relevância e confiabilidade. Emitir juízo de valor acerca do balanceamento ideal de uma característica em função da outra, caso a caso, deve ser um exercício recorrente para aqueles que preparam e auditam demonstrações contábeis.

O mesmo Pronunciamento também salienta que, sob determinadas circunstâncias, a mensuração de um ativo ou um passivo a valor presente pode ser obtida sem maiores dificuldades, caso se disponha de fluxos contratuais com razoável grau de certeza e de taxas de desconto observáveis no mercado. Por outro lado, pode ser que em alguns casos os fluxos de caixa tenham que ser estimados com alto grau de incerteza, e as taxas de desconto tenham que ser obtidas por modelos voltados para tal fim.

### 2.4.3 Custos x Benefícios

Sobre Custo e Benefício, o Pronunciamento Técnico CPC 12 (2009) afirma que:

O equilíbrio entre o custo e o benefício é uma limitação de ordem prática, ao invés de uma característica qualitativa. Os benefícios decorrentes da informação devem exceder o custo de produzi-la. A avaliação dos custos e benefícios é, entretanto, em essência um exercício de julgamento. Além disso, os custos não recaem, necessariamente, sobre aqueles usuários que usufruem benefícios. Os benefícios podem também ser aproveitados por outros usuários, além daqueles para os quais as informações foram preparadas. Por exemplo, o fornecimento de mais informações aos credores por empréstimos pode reduzir os custos financeiros da entidade. Por essas razões, é difícil aplicar o teste de custo-benefício em qualquer caso específico. Não

obstante, os órgãos normativos em especial, assim como os elaboradores e usuários das demonstrações contábeis, devem estar conscientes dessa limitação.

Ainda segundo o Pronunciamento Técnico CPC 12 (2009), uma informação prestada pode alcançar inúmeros usuários e gerar, por vezes, benefícios por mais de um exercício social, ao passo que o custo de produzi-la é incorrido uma única vez. Ademais, podem ocorrer ganhos em termos de eficiência, à medida que dita informação vai sendo prestada com maior frequência.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A população deste estudo compreendeu as 50 companhias de capital aberto participantes do índice IBrX-50 da BM&FBovespa, o qual é composto pelas 50 ações com maior índice de negociabilidade, de acordo com a Carteira Teórica do IBrX-50 para o quadrimestre de setembro a dezembro de 2011. A amostra foi composta pelas empresas que disponibilizaram as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) no *website* da BM&FBovespa.

A coleta de dados foi realizada no *website* da BM&FBovespa. Os documentos coletados foram os Balanços Patrimoniais e as Notas Explicativas que estão publicados nas Demonstrações Financeiras Padronizada (DFP) das empresas.

De posse dos documentos, foi realizada uma análise de conteúdo para identificar se a empresa está atendendo aos critérios de divulgação expressos no Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, ou não. Logo após, a partir de um índice de evidenciação composto pela soma de 13 indicadores desenvolvidos para esse fim, as empresas foram pontuadas de acordo com a evidenciação ou não de cada quesito, conforme expresso no item divulgação do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. O Quadro 2, a seguir, apresenta os indicadores utilizados.

**Quadro 2: Indicadores de evidenciação**

Código	Indicador	CPC 12 - AVP
1.	Notas explicativas	Parágrafo 33
2.	Natureza do fluxo de caixa (contratuais ou não)	Parágrafo 33 letra (a)
3.	Valor de entrada cotado a valor de mercado	Parágrafo 33 letra (a)
4.	Taxas de juros decompostas (juros e prêmio)	Parágrafo 33 letra (b)
5.	Montante dos fluxos de caixa estimados	Parágrafo 33 letra (b)
6.	Horizonte temporal estimado	Parágrafo 33 letra (b)
7.	Descrição do item objeto do avp	Parágrafo 33 letra (a)
8.	Premissas utilizadas pela administração	Parágrafo 33 letra (b)
9.	Modelos utilizados p/ cálculo de riscos e <i>inputs</i>	Parágrafo 33 letra (c)
10.	Descrição do método de alocação dos descontos	Parágrafo 33 letra (d)
11.	Procedimento adotado para acomodar mudanças	Parágrafo 33 letra (d)
12.	Propósito da mensuração a valor presente	Parágrafo 33 letra (e)
13.	Motivação da administração	Parágrafo 33 letra (f)

Diante disso, o próximo capítulo apresenta a análise dos resultados encontrados.

### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a análise dos resultados encontrados em duas partes. Na primeira, apresenta a aderência aos critérios de divulgação expressos no Pronunciamento Técnico CPC 12 por empresa; e na

segunda parte a aderência aos critérios de divulgação expressos no Pronunciamento Técnico CPC 12 por setor.

As empresas que compõem a amostra foram classificadas em quatro setores de acordo com a classificação de setores de Rodrigues (2004), são elas: (i) construção; (ii) comércio; serviços e transporte; (iii) indústria básica; e, (iv) indústria manufatureira. O maior número de empresas da amostra pertence ao segmento do comércio, serviços e transporte, com um total de 30 empresas, seguido das empresas pertencentes ao setor da indústria básica, com 12 empresas. As empresas pertencentes ao setor da indústria manufatureira somam seis, e, por fim, duas empresas pertencem ao setor da construção, essa distribuição da amostra por setor é apresentada na Tabela 3 a seguir:

**Tabela 3: Participação dos setores na amostra**

Setor	Nº de Empresas	Participação por Setor
Comércio, Serviços e Transportes	30	60%
Construção	2	4%
Indústria Básica	12	24%
Indústria Manufatureira	6	12%
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

\* Critério para classificação setorial de acordo com Rodrigues (2004)

#### 4.1 Aderência aos critérios de divulgação expressos no Pronunciamento Técnico CPC 12 por empresa

A partir do desenvolvimento de um índice de evidênciação com base no Pronunciamento Técnico CPC 12, foi utilizada a análise de conteúdo para identificar a evidênciação. Para cada item evidenciado em nota explicativa foi marcado 1, no caso do indicador não ser evidenciado foi marcado com 0, a soma dos indicadores forma o índice. Neste trabalho, foi considerado como nível de aderência ao Pronunciamento Técnico CPC 12 o percentual obtido neste índice. Quanto maior o percentual, significa que maior foi a aderência da empresa ao Pronunciamento.

A seguir, a Tabela 4 mostra a análise feita para verificar se as notas explicativas das empresas que compõem a amostra evidenciam ou não os itens que foram objeto da análise.

**Tabela 4: Aderência aos critérios de divulgação expressos no Pronunciamento Técnico CPC 12 por empresa**

CÓDIGO INDICADOR	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.	Qtd.	%
BMFBOVESPA	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	8	61,5
LOCALIZA	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	9	69,2
DASA	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	0	0	9	69,2
ITAUUNIBANCO	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	7	53,8
BCO BRASIL	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	10	76,9
SANTANDER BR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100,0
REDECARD	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	6	46,2
LOJAS AMERIC	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	11	84,6
P.AÇUCAR-CBD	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100,0
ROSSI RESID	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	0	0	8	61,5
BROOKFIELD	1	0	1	1	0	0	1	1	1	0	1	0	0	7	53,8
GOL	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	8	61,5
ITAUSA	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	8	61,5
BR MALLS PAR	1	1	0	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	10	76,9
ELETRONBRAS	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	10	76,9
BRF FOODS	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	12	92,3
CYRELA REALT	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	1	0	0	8	61,5
LOJAS RENNER	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	9	69,2
BRADESCO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	9	69,2
GERDAU	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	9	69,2
GERDAU MET	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	9	69,2
PDG REALT	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0	0	9	69,2

OGX PETROLEO	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	7	53,8
BRADESPAR	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	6	46,2
CIELO	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	8	61,5
CCR SA	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	8	61,5
TELEMAR	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	10	76,9
TELEF BRASIL	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	10	76,9
TIM PART S/A	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	9	69,2
ALL AMER LAT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	11	84,6
GAFISA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100,0
MRV	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	8	61,5
CEMIG	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	9	69,2
ELETROPAULO	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	8	61,5
COSAN	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	10	76,9
FIBRIA	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	10	76,9
VALE ON	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	12	92,3
VALE PNA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	12	92,3
MMX MINER	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	8	61,5
SID NACIONAL	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	10	76,9
PETROBRAS ON	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	9	69,2
PETROBRAS PN	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	8	61,5
BRASKEM	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	9	69,2
USIMINAS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100,0
JBS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	11	84,6
NATURA	1	1	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	0	6	46,2
CIA HERING	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	8	61,5
AMBEV	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	9	69,2
MARFRIG	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	9	69,2
HYPERMARCAS	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	8	61,5
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>46</b>	<b>35</b>	<b>48</b>	<b>25</b>	<b>21</b>	<b>47</b>	<b>48</b>	<b>43</b>	<b>40</b>	<b>32</b>	<b>15</b>	<b>11</b>		
<b>%</b>	<b>100</b>	<b>92</b>	<b>70</b>	<b>96</b>	<b>50</b>	<b>42</b>	<b>94</b>	<b>96</b>	<b>86</b>	<b>80</b>	<b>64</b>	<b>30</b>	<b>22</b>		

Apurados os índices de todas as empresas da amostra, procedeu-se a análise do nível de aderência das companhias estudadas por setor, conforme seção a seguir.

## 4.2 Aderência aos critérios de divulgação expressos no Pronunciamento Técnico CPC 12 por setor

Nas Tabelas 5 e 6, a seguir, apresenta-se a análise da aderência aos critérios de divulgação expressos no Pronunciamento Técnico CPC 12 pelas companhias da amostra, considerando quatro setores conforme a classificação de Rodrigues (2004).

**Tabela 5: Aderência aos critérios de divulgação expressos no Pronunciamento Técnico CPC 12 por setor**

Setor	Empresas	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.	Total
Comércio, Serviços e Transportes	30	30	27	23	29	12	10	29	28	26	23	21	7	6	271
Construção	2	2	2	2	1	1	1	2	2	2	2	2	1	1	21
Indústria Básica	12	12	12	8	12	9	7	11	12	10	11	6	5	3	118
Indústria Manufatureira	6	6	5	2	6	3	3	5	6	5	4	3	2	1	51
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>46</b>	<b>35</b>	<b>48</b>	<b>25</b>	<b>21</b>	<b>47</b>	<b>48</b>	<b>43</b>	<b>40</b>	<b>32</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>461</b>

**Tabela 6: Aderência aos critérios de divulgação expressos no Pronunciamento Técnico CPC 12 por setor %**

Setor	Empresas	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.	Total
Comércio, Serviços e Transportes	60	100	90,0	76,7	96,7	40,0	33,3	96,7	93,3	86,7	76,7	70,0	23,3	20,0	69,5
Construção	4	100	100	100	50,0	50,0	50,0	100	100	100	100	100	50,0	50,0	80,8
Indústria Básica	24	100	100	66,7	100	75,0	58,3	91,7	100	83,3	91,7	50,0	41,7	25,0	75,6
Indústria Manufatureira	12	100	83,3	33,3	100	50,0	50,0	83,3	100	83,3	66,7	50,0	33,3	16,7	65,4
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>92,0</b>	<b>70,0</b>	<b>96,0</b>	<b>50,0</b>	<b>42,0</b>	<b>94,0</b>	<b>96,0</b>	<b>86,0</b>	<b>80,0</b>	<b>64,0</b>	<b>30,0</b>	<b>22,0</b>	<b>70,9</b>

A seguir são analisados, um a um, todos os indicadores que compõem o índice utilizado na análise.

- a) Indicador 1 – Notas explicativas – todas as empresas atenderam à evidenciação dessa demonstração contábil, portanto, houve 100% de evidenciação deste indicador.

- b) Indicador 2 – Natureza do Fluxo de Caixa (contratuais ou não) – alto nível de aderência, as empresas de construção e indústria básica atenderam 100% a esse critério, comércio, serviços e transporte 90% e indústria manufatureira 83,3%. Total de 92% de aderência à norma.
- c) Indicador 3 – Valor de Entrada Cotado a Valor de Mercado – esse item obteve 70% de aderência, sendo que se observou uma disparidade grande entre as empresas. O setor de construção atendeu 100%; comércio, serviços e transporte 76,7%; indústria básica 66,7%; e, indústria manufatureira 33,3%.
- d) Indicador 4 – Taxa de Juros Decompostas (juros e prêmios) – obteve alto nível de aderência com 96% de cumprimento da norma. As empresas de indústria básicas e indústria manufatureira atenderam 100% à norma; e comércio, serviços e transporte 96,7%. Já o setor da construção ficou com um nível baixo de aderência à norma, apenas 50%, apesar do resultado total ter apresentado um alto nível de aderência.
- e) Indicador 5 – Montante dos Fluxos de Caixa Estimados – obteve um baixo nível de aderência à norma com apenas 50% de seu cumprimento. As empresas de indústria básicas foram as que mais atenderam à norma com 75% de aderência, construção e indústria manufatureira 50% e comércio, serviços e transporte apenas 40%.
- f) Indicador 6 – Horizonte Temporal Estimado – essa norma obteve apenas 42% de aderência, todos os setores obtiveram um baixo nível de aderência à norma, sendo que as empresas de indústria básica atenderam 58,3%; as de construção e indústria manufatureira 50%; e, construção, serviços e transporte 33,3%.
- g) Indicador 7 – Descrição do Item Objeto do Ajuste a Valor Presente – obteve alto nível de aderência, as empresas de construção atenderam 100% à norma; comércio, serviços e transporte 96,7%; indústria básica 91,7%; e, indústria manufatureira 83,3%, totalizando 94% de aderência.
- h) Indicador 8 – Premissas Utilizadas pela Administração – também obteve alto nível de aderência por parte das empresas. As empresas de construção, indústria básica e indústria manufatureira atenderam 100% à norma, e comércio, serviços e transporte 93,3%, totalizando 96% de aderência à norma.
- i) Indicador 9 – Modelos Utilizados para Cálculo de Riscos e *Inputs* – outro item que obteve um bom nível de aderência com um total de 86%. As empresas de construção

obtiveram 100% de aderência; comércio, serviços e transporte 86,7%; e, indústria básica e indústria manufatureira 83,3%.

- j) Indicador 10 – Descrição do Método de Alocação dos Descontos – também obteve um bom nível de aderência à norma com um total de 80%. As empresas de construção novamente com 100% de aderência à norma; indústria básica com 91,7%; comércio, serviços e transporte com 76,7%; e, indústria manufatureira com 66,7%.
- k) Indicador 11 – Procedimentos Adotados para Acomodar Mudanças – esse item apresentou 64% de aderência à norma e também apresentou relevante disparidade entre os setores. As empresas de construção obtiveram 100% de aderência à norma; comércio, serviços e transporte 70%; e as empresas de indústria básicas e indústria manufatureira, apenas 50%.
- l) Indicador 12 – Propósito da Mensuração a Valor Presente – esse item obteve um dos mais baixos índices de aderência à norma com um total de 30% de aderência. As empresas de construção obtiveram 50% de aderência; indústria básica 41,7%; indústria manufatureira 33,3%; e, comércio, serviços e transporte 23,3%.

Indicador 13 – Motivação da Administração – foi o item com mais baixo nível de aderência à norma. Obteve no total, apenas 22% de aderência. As empresas de construção atenderam 50% à norma; indústria básica 25%, comércio, serviços e transporte 20%; e, indústria manufatureira apenas 16,7%.

No geral, as empresas ficaram com um índice de 70,9% de aderência às normas, o setor que apresentou maior nível de aderência foi o da construção, com 80,8% de aderência; e o setor que menos atendeu as normas foi o da indústria manufatureira, com 65,4% de aderência. Por falta de outros estudos que analisem essa evidenciação, não se pode afirmar que os valores encontrados são altos ou baixos, o que se pode concluir é que em relação aos setores, o setor da construção evidencia mais que o da indústria manufatureira.

Desse modo, no capítulo a seguir são relatadas as considerações finais deste estudo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto ao longo deste trabalho, pode-se concluir que a evidenciação transcende o conceito de divulgação, estando relacionada também, à capacidade de transmitir informações relevantes com qualidade, oportunidade e clareza, possibilitando a perfeita compreensão por parte dos usuários, da verdadeira situação que se pretende relatar. O presente estudo teve como objetivo principal identificar o grau de observância às orientações sobre evidenciação contábil praticado pelas empresas listadas na BM&FBovespa de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Para isso, escolheu-se o índice Brasil 50 – IbrX-50, e foi verificado se os balanços e notas explicativas das empresas que compõem esse índice atendem ao definido no Pronunciamento Técnico CPC 12.

Os resultados da pesquisa demonstram que as empresas brasileiras ainda têm muito a evoluir no atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 12, no que se refere às divulgações obrigatórias das informações contábeis. Fazendo-se uma análise conjunta dos itens a serem divulgados, apenas 70,9%

atenderam à norma, sendo que as empresas que mais atenderam foram as da construção civil (80,8%) e as que menos atenderam foram as da indústria manufatureira (65,4%).

Com a pesquisa, pode-se compreender que a evidênciação contábil é feita para vários tipos de usuários, mas um dos principais usuários é o investidor, quanto maior o nível de evidênciação, mais transparente a empresa se torna e, conseqüentemente, melhor a tomada de decisão por parte do investidor. Nesse contexto, as empresas que evidenciam mais estão preocupadas em reduzir a Assimetria Informacional para que os usuários externos possam ter o máximo de informações possíveis na tomada de suas decisões. Ao mesmo tempo, fomentam a transparência nas ações dos gestores contribuindo com a Teoria da Agência na redução dos custos de agência. Ao aumentar o nível de evidênciação as empresas também contribuem para a prática da Governança Corporativa, fortalecendo o mercado acionário, e maximizando o valor da organização, trazendo maior retorno aos acionistas.

Em suma, cabe ressaltar que a maioria das empresas já reconhecem a importância das normas internacionais de contabilidade e que a divulgação de acordo com os Pronunciamentos Técnicos pode servir como importante ferramenta para a tomada de decisões dos vários usuários interessados nos dados gerados pela contabilidade. Não obstante, os resultados despertam para novas pesquisas, com o intuito de investigar a evidênciação contábil de acordo com outras normas ou fazer uma análise não só das notas explicativas, mas também dos relatórios anuais.

Estas considerações finais, bem como esta pesquisa, tem como limitação a generalização realizada na metodologia, por considerar que todas as empresas estão sujeitas ao mesmo nível de evidênciação de informações ajustada a valor presente independente das suas operações ou do seu setor de atividade.

<sup>1</sup> “as a contract under which one or more persons (the principal(s)) engage another person (the agent) to perform some service on their behalf which involves delegating some decision making authority to the agent” (JENSEN; MECKLING, 1976, p. 5).

<sup>2</sup> Grifo dos autores.

## 6. REFERÊNCIAS

- AKERLOF, G.A. The Market for “Lemons”: Quality Uncertainty and the Market Mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**. v. 84, n. 3, pp. 488-500, Aug/1970.
- ALMEIDA, Lauro B; FREITAG, Viviane C.; **Evidênciação Contábil**. In: RIBEIRO FILHO, José F.; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide (Org.). *Estudando Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2009. Unid. 15, p. 265-281.
- ANDRADE, Adriana; ROSSETI, José Pascoal. **Governança Corporativa – Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BARROS, Luiz Carlos Mendonça de. **Um novo futuro**. Novos estudos. - CEBRAP [online] n.81, pp. 11-20, 2008.
- BELO, Neusa Maria; BRASIL, Haroldo Guimarães. **Assimetria Informacional e Eficiência Semiforte do Mercado**. ©RAE, Minas Gerais, v. 46 p. 48-57, Edição Especial, 2006.
- BIANCHI, Márcia; NASCIMENTO, Auster Moreira. **A Controladoria como um Mecanismo Interno de Governança Corporativa e de Redução dos Conflitos de Interesse entre Principal e Agente**. IX Congresso Internacional de Custos – Florianópolis, SC, Brasil, 2005.
- BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças contábeis na lei societária: Lei nº 1.638, de 28-12-2007**. São Paulo: Atlas, 2008.

- BRASIL, **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm)>. Acesso em 24 de novembro de 2011.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Resolução CFC 1.151/09**. São Paulo, 2009. Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_12.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_12.pdf)>. Acesso em 15 de novembro de 2011.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Origem**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/oquehtml>>. Acesso em 20 de novembro de 2011.
- DAMONDARAN, Aswath. **Gestão Estratégica do Risco – Referência para a tomada de riscos Empresariais**. São Paulo: Bookman, 2009.
- DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; SANTOS, S. C.; NIYAMA, J. K. **A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação**. E & G Economia e Gestão, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 56-76, dez. 2005.
- GODOY, Antônio A. de Jesus; COSTA, Surlene Rosa C. **Evidenciação, Divulgação ou Disclosure: Aspectos Teóricos e Aplicações ao Mercado Financeiro**. FCV Empresarial, v. 1, p. 151-165, 2007.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michel F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução da 5. ed. americana por Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em 06 de novembro de 2011.
- JENSEN, M.C.; MECKLING, W.H. Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, outubro 1976.
- LEV. B. Intangible – Management, Measurement, and Reporting. Washington: **Brookings Institution Press**, 2001
- LEV, B. Intangible Assets: Concepts and Measurements. **Enciclopedia of Social Measurement**. v. 2, 2005.
- MORIBE, Ademir M.; PANOSSO Alceu; MARRONI, Carlos H. **Um enfoque sobre correção monetária integral e ajuste a valor presente em conformidade com as normas internacionais de contabilidade**. Ref. Cont. Paraná, v.26, n.1, p. 17-28, jan./abr./2010.
- ORO, Ieda Margarete; SANTOS, Vandaelis dos; TENROLLER, Andreia; ROCHA, Mauro Vendrusclo da. **Evidenciação contábil de empresas catarinenses**. Unoesc & Ciência – ACSA, Joaçaba, v. 1, n. 1, p. 39-52, jan./jun. 2010.
- PRUX JR, Jaime Luiz. **Assimetria Informacional e Precificação das Ações das Empresas negociadas na Bolsa de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- REIS, Arnaldo. **Demonstrações Contábeis – Estrutura e Análise**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, Jorge Lopes; PEDERNEIRAS, Mardeide. **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

- RODRIGUES, Gonzalo. Factores explicativos de la revelación voluntária de infomación sobre fuentes de ventaja competitiva empresarial. **Revista Espanõla de Financiación y Contabilidad**. v. XXXIII, pp. 705-739, 2004.
- SILVA, Tatiana Couto e. **Um Enfoque ao Ajuste a Valor Presente**. Dissertação (Bacharel em Contabilidade) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2010.
- STIGLITZ, J.E. The Contributions of the Economics of Information to Twentieth Century Economics. **The Quarterly Journal of Economics**. v. 115, n. 4, pp. 1441-1478, Nov/2000.
- WATSON, A.; SHRIVES, P.; MARSTON, C. Voluntary Disclosure of Accounting Ratios in the UK. **British Accounting Review**, v. 34, p. 289-313, 2002.